

# **As trajetórias de luta pela terra no assentamento Teijin do município de Nova Andradina/MS**

**Fabiano Greter Moreira**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: fabiano.greter@ufms.br

## **Resumo**

Esta pesquisa busca apresentar as trajetórias de luta de assentados no Projeto de Assentamento (PA) Teijin, do município de Nova Andradina/MS. Além das trajetórias de luta pela permanência na terra pelos assentados, desde os acampamentos até o assentamento em seus lotes, buscamos amparar nossas discussões em torno das relações sociais nas distintas formas de lutas dos assentados. Utilizamos como método de pesquisa, a história oral, com o objetivo de descrever a trajetória de luta dos assentados, mediante entrevista semiestruturada aplicada aos participantes da pesquisa e analisadas através das transcrições das entrevistas e análise de conteúdo, em especial as lutas vividas pelos assentados na conquista e permanência em seus lotes. Entre os resultados encontrados na pesquisa, destacamos as dificuldades de infraestrutura dos lotes, às migrações de acampamentos para a conquista de terra, lutas judiciais com os proprietários de terras, e a capacidade de produzir em meio à conflitualidades do mercado e a carência de organizações coletivas ativas no assentamento.

**Palavras-chave:** Família; força de trabalho; resistência.

## **The trajectories of land struggle in the Teijin settlement of Nova Andradina/MS**

### **Abstract**

This research aims to present the trajectories of settlements struggle in the Settlement Project (PA) Teijin, of Nova Andradina/MS. In addition to the settlements' struggle to stay on land, from the camps to the settlement in their lots, we seek to support our discussions about social relations in the different forms of struggle of the settlers. We used oral history as a research method, in order to describe the settlers' trajectory of struggle, through semi-structured interviews applied to the research participants and analyzed through interview transcripts and content analysis, especially the struggles experienced by the settlers. achievement and permanence in your lots. Among the results found in the research, we highlight the difficulties of the infrastructure of the lots, the migrations of camps for the conquest of land, judicial struggles with the landowners, and the ability to produce in the midst of market conflicts and the lack of collective organizations. active in the settlement.

**Keywords:** Family; workforce; resistance.

## **Las trayectorias de la lucha por la tierra en el asentamiento Teijin de Nova Andradina/MS**

### **Resumen**

Esta investigación tiene como objetivo presentar las trayectorias de la lucha de asentamientos en el Proyecto de Asentamiento (PA) Teijin, de Nova Andradina/MS. Además de la lucha de

los asentamientos por permanecer en tierra, desde los campamentos hasta el asentamiento en sus lotes, buscamos apoyar nuestras discusiones sobre las relaciones sociales en las diferentes formas de lucha de los colonos. Utilizamos la historia oral como método de investigación, con el objetivo de describir la trayectoria de lucha de los colonos, a través de entrevistas semiestructuradas aplicadas a los participantes de la investigación y analizadas a través de transcripciones de entrevistas y análisis de contenido, especialmente las luchas experimentadas por los colonos. logro y permanencia en tus lotes. Entre los resultados encontrados en la investigación, destacamos las dificultades de la infraestructura de los lotes, la migración de campamentos para la conquista de tierras, las luchas judiciales con los propietarios y la capacidad de producir en medio de conflictos de mercado y la falta de organizaciones colectivas. activo en el asentamiento.

**Palabras clave:** Familia; fuerza de trabajo; resistencia.

## Introdução

A pesquisa permite conhecer características particulares das trajetórias de luta pela terra, na criação do Projeto de Assentamento Teijin, e seus movimentos socioterritoriais, formados de acordo com sua configuração local, seja pela trajetória das famílias, pela organização interna dos assentados, pelas relações de poder permeadas nessa fração do território capitalista e pelas relações produtivas peculiares de seus assentados. A abordagem territorial no assentamento possibilita compreender que a passagem de um sistema latifundiário para frações de lotes, gera novos processos territoriais em uma mesma localidade.

A nova configuração territorial a partir da criação do Assentamento Teijin conduz à problematizações das trajetórias de cada assentado participante da pesquisa, onde cada fração de território construído tem suas distinções em tamanho de lotes, na fertilidade do solo, nas lutas das famílias assentadas, nos processos de produção, nas relações de poder, de infraestrutura de suas instalações, enfim, cada particularidade permite descobrir uma diversidade de movimentos socioterritoriais no interior do assentamento, localizado no município de Nova Andradina/MS, interior do Estado de Mato Grosso do Sul.

Para Fernandes (2005), a territorialização e desterritorialização formadas a partir dos movimentos socioterritoriais, neste caso, nas desapropriações de terras para políticas de reforma agrária, novas frentes territoriais são construídas com os assentados, e ainda:

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos

socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 31).

Este território construído nos reporta ao trabalho de Oliveira (2001), em “a longa marcha do campesinato brasileiro”, no qual destaca que a trajetória camponesa no Brasil é uma luta diária, que está dividida em duas frentes: a primeira para entrar na terra, ao ter o direito da posse da terra, camponeses responsáveis de seu próprio lote; e a outra frente, tão penosa como a primeira, à luta pela permanência na terra, como protagonistas na produção de alimentos essenciais para a sociedade brasileira. Para o autor, a classe camponesa está em luta permanente para se estabelecerem em seus lotes nos assentamentos. Uma das carências nesta luta dos camponeses são as políticas públicas pouco eficientes, engendradas quase que somente na direção econômica, deixando-os à margem do acaso, sobretudo no assessoramento dos assentamentos rurais do município pesquisado.

Para Woortmann (1990), a luta pela terra pelos assentados está interligada com a produção de sua força de trabalho no campo. Características estas que são particularidades dos camponeses, que, juntamente com suas famílias, buscam explorar suas áreas de terra, com o objetivo de promover seu desenvolvimento e permanência no campo. O autor entende que o campesinato, por meio da campesinidade, tem a família como centro da propriedade, com sua forma de vida e trabalho, não somente os fatores de produção, mas um olhar não linear, um local de troca de experiências, lugar de morada, seja ele no sítio ou colônia, alicerçada em categorias comuns dos camponeses, como terra, família e trabalho, que estão ligadas diretamente aos assentados de reforma agrária.

Almeida (2003) comenta que a luta pela terra é uma luta contra o capital, pois não é apenas a terra, mas o contexto de suas relações sociais e políticas que estão diretamente ligadas neste enfrentamento. A partir do momento que se tem um olhar amplo da questão agrária, é possível descrever que a reforma agrária, nos moldes distributivistas, condiciona as ações socioeconômicas dos indivíduos, pois a apropriação da renda da terra pelo capital impede o trabalhador familiar camponês de se libertar do sistema capitalista, onde, de maneira involuntária, o mesmo se encontra em um “jogo”, que o leva a um círculo de miséria no campo.

A espacialização e a territorialização da luta pela terra, relatada por Fernandes (1999) e expressa nos assentamentos rurais, fica evidente no momento em que iniciamos o reconhecimento da trajetória das desapropriações ocorridas no município pesquisado. Em todos os assentamentos rurais pesquisados há dois fatores de relevância nesta fração de território. Primeiro, é quando se autoriza a desapropriação do latifundiário. Ao entrar na propriedade, espera-se o sorteio e o corte dos lotes, para que uma nova configuração seja construída nesta fração de território, antes dominada pela produção capitalista no campo.

A luta pela posse da terra, que Fernandes (1999) nos apresenta como a única alternativa que os acampados possuem para conquistar um pedaço de chão no Brasil, nos permitiu afirmar que esta luta permanece dia após dia nesta fração do território. A recriação do campesinato ocorre em condições, quando “se permanece anos em acampamentos”, em seguida, “anos sem água e energia elétrica e sem moradia digna para a família”. Estas condições revelam que a luta pela reforma agrária é diária, caso contrário, o seu cumprimento permanece tão somente na entrega dos lotes ou na desapropriação da propriedade. O Estado é o mediador e contribuinte desta conflitualidade nos assentamentos do município de Nova Andradina, pois, suas ações aceleram a vida produtiva dos assentados no cumprimento da política de reforma agrária, e esta inoperância, abandona os assentados na sua luta em permanecer no lote.

No Quadro 1, apresentamos um comparativo sobre as (re) configurações territoriais ocorridas após a criação do Projeto de Assentamento Teijin em relação à propriedade capitalista. Demonstramos sua área territorial e famílias assentadas, bem como o novo contexto territorial de produção, manifestado no município de Nova Andradina após a instalação do assentamento.

**Quadro 1: Assentamento Teijin no município de Nova Andradina/MS, propriedade camponesa versus propriedade capitalista: dados comparativos.**

Propriedade/Projeto	Área (ha) / Lotes*	Nº de Funcionários / Famílias Assentadas*	Produção (principais atividades)
Fazenda Teijin	28.497,8194	27	Pecuária
Assentamento Teijin	1.094*	1.056*	Produção leiteira, mandioca, verduras, legumes, milho, etc.

\*Informações obtidas a partir do Painel de Assentamentos do INCRA (2018).

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O fator relevante é o impacto gerado, por meio da distribuição de lotes em uma propriedade, que antes possuía apenas 27 famílias residentes (no caso do Assentamento Teijin), e a partir do assentamento, começa-se a contar com mais de 1000 famílias assentadas. A territorialização criada por meio da luta dos assentados não beneficia apenas os trabalhadores, mas toda a comunidade do município de Nova Andradina. Na pesquisa, foi possível, por inúmeras vezes, nos deparar com veículos de entrega de empresas do município, seja nos ramos de materiais de construção, refrigeração, laticínios, entre outros fornecedores, que prestam serviços aos assentados. Este movimento fixa as relações no município de origem, circulando produtos e serviços, dinamizando a própria economia local.

Em vários momentos da pesquisa foi possível ouvir o quanto a luta pelo acesso a terra melhorou as condições de vida dos participantes e suas famílias. A perseverança e a busca do trabalho “liberto”, relatado por Oliveira (1990) em suas pesquisas e que foi ratificado por Almeida (2003) em seu trabalho nos assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, retrata a infinita alegria por parte dos assentados que em seu lote permaneceram.

A vida sofrida do acampamento, seguida das condições desfavoráveis no lote, depois de lutas e mais lutas pelo acesso a terra, se deparam com as relações na sociedade a qual constituirão suas famílias e sua “terra de trabalho”, como bem se referiu Martins (1986). O preconceito e a resistência em compreender a história de vida dos trabalhadores sem terra demonstram como a alienação em uma sociedade que inclui ao passo que seja útil e necessário; caso contrário, exclui na mesma fração de território.

Esta conquista passa por momentos transitórios na trajetória de luta pela terra pelos assentados, que entrelaçam em seus movimentos, que para Pedon (2009, p. 173) são “formas de mobilização social”, que “transformam espaços em territórios, “territorializam-se”, e “são desterritorializadas e se reterritorializam”, e ainda:

Um movimento socioterritorial, a exemplo dos movimentos de sem-terra e sem tetos, tem como um de seus principais objetivos a conquista do território. Sua forma de realização se dá, sobretudo, por meio de uma ação denominada ocupação. A ocupação compreende um processo social e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade e, por consequência, do espaço. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos desterritorializados (PEDON, 2009, p. 173).

Territorializar e desterritorializar é a luta diária dos camponeses, onde Woortmann (1990) reafirma que, a força do trabalho camponês é o trunfo para sua existência no campo. A resistência da produção camponesa está relacionada na sua interdependência de possuir em sua força de trabalho, a sua natureza de criar e recriar sua forma de vida nas mais diversas condições produtivas no campo. Enquanto o capital explora na força de trabalho do operário a geração de riqueza de suas mercadorias/serviços, o camponês, por outro lado, com sua força de trabalho, produz seu autoconsumo e, ainda, vende/troca o excedente de sua produção, contrapondo a ideologia da produção capitalista.

## **Procedimentos Metodológicos**

O artigo aborda as trajetórias de lutas dos assentados do PA Teijin, do município de Nova Andradina/MS. O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, que para Triviños (1987), é entendida como “estudo de campo”,

ressaltando que a escolha dos depoentes é de fundamental importância para a pesquisa. Destaca-se na metodologia a “história oral”, que segundo Alberti (2005), pode ser definida como método de investigação, como fonte de pesquisa ou técnicas de produção e tratamento das entrevistas gravadas com nossos participantes. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo percursos metodológicos descritos por Poupart (2014, p. 212) que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abrem “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, neste caso, assentados do Assentamento Teijin do município de Nova Andradina/MS.

Não determinamos um número prévio de participantes de nossa pesquisa qualitativa. Seguimos a operacionalização do “ponto de saturação”, formulado por Daniel Bertaux, que para Alberti (2004, p. 37), ocorre quando uma “pesquisa oral começa a se tornar repetitiva, produzindo cada vez menos informação”, seja em seu conteúdo ou na forma pela qual se constrói a narrativa. Mesmo chegando a este ponto, é necessário que o pesquisador o ultrapasse para certificar-se da validade das entrevistas.

Realizamos entrevistas de longa duração com 05 (cinco) participantes, e com um recorte temporal realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018, restringindo nossas entrevistas apenas com os participantes que atendiam aos seguintes critérios: a) Primeiro (a) titular do lote (fator de suma importância, por nos proporcionar maiores informações sobre a trajetória de luta e permanência nos lotes); b) Responsável pelo lote (com o objetivo de compreender a dinâmica de luta nos lotes e suas relações sociais no assentamento); c) Residir no lote (somente os moradores fixos nos lotes permitirão maiores informações do assentamento e os conflitos socioterritoriais).

Para tanto, padronizamos a identificação de nossos participantes, da seguinte maneira: Assentamento Teijin (TJ1, TJ2, TJ3, TJ4, TJ5). Os demais participantes da pesquisa foram identificados com apenas as letras iniciais de seus nomes. O agendamento foi programado com antecedência com os participantes, por meio de contatos telefônicos, contatos pessoais com lideranças do assentamento e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA<sup>1</sup>) – os “intermediários”, de acordo com Meihy e Ribeiro (2011), para que não ocorressem divergências de horários ou não fosse localizado o entrevistado em seu lote. Sempre que possível, foram realizadas mais de uma entrevista, para que o deslocamento aos

---

<sup>1</sup>Denominação instituída a partir de julho de 2017, em razão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina (STRNA) ter sido dividido em dois: 1) Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS (STRAFNA); 2) Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Nova Andradina/MS (STRANA).

assentamentos fosse aproveitado de maneira mais otimizada, em virtude da distância em que se encontra em relação à sede urbana.

### Projeto de Assentamento Teijin

Sua criação foi realizada através da Portaria do INCRA Nº 23, de 26 de julho de 2002, com área territorial de 28.497,8194 ha, com capacidade de 1.094 (um mil e noventa e quatro) lotes (INCRA, 2018). De acordo com o STRAFNA, a primeira entrega de Certidões de Posse aos assentados, fora realizada no ano de 2006.

O Assentamento Teijin teve suas origens na desapropriação da Fazenda Teijin, que pertencia ao Grupo Japonês Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda – Sócio Shigeaki Hayashi. Foi desapropriada pelo Governo Federal para fins de reforma agrária. Os camponeses que receberam os lotes no assentamento eram ligados a dois movimentos sociais na época: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os camponeses que receberam lotes no assentamento são originários de várias regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, não somente do município de Nova Andradina. As famílias foram divididas de acordo com seu movimento e organização sindical na seguinte ordem, conforme o Quadro 2:

**Quadro 2: Municípios de origem dos assentados do PA Teijin ligados à FETAGRI/MS e ao MST (Acampamento 17 de Abril).**

<b>Municípios (FETAGRI/MS)</b>
Anaurilândia*
Angélica*
Batayporã*
Deodápolis*
Dourados*
Glória de Dourados*
Ivinhema*
Novo Horizonte do Sul*
Vicentina*
<b>Municípios (MST)</b>
Mundo Novo*
Itaquirai*
Juti*
Jateí*
Novo Horizonte do Sul**
Batayporã**

Glória de Dourados**
Ivinhema**
Deodápolis**
Nova Andradina**

Fonte: Adaptado a partir de dados do \*STRAFNA (2017; 2018) e do \*\*CEEPATEC (2009).

Segundo o Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC, 2009), as comunidades dos assentados do MST foram organizadas durante o processo de corte dos lotes por proximidade e afinidade. As comunidades têm por objetivo facilitar as relações sociais entre as famílias do Acampamento 17 de Abril, principalmente na resolução de problemas e reivindicações dos assentados. As comunidades foram divididas conforme o Quadro 4:

**Quadro 3: Divisão das comunidades do MST na criação do Assentamento Teijin.**

Nome*	Nº da Comunidade*	Nº de Famílias*
Conquista Da Vitória	01	50
17 de Abril	02	50
Terra Viva	03	50
Santa Rosa	04	50
Canaã	05	50
Boa Sorte	06	50
Campo Verde	07	55
Renascer	08	61
Airton Roque Vieira	09	45
Boa Vista	10	46
Total		<b>507</b>

\*Estas informações segundo nossos participantes não refletem a atual realidade do Assentamento Teijin, em virtude de venda e/ou renúncia dos lotes pelos assentados.

Fonte: Adaptado a partir do CEEPATEC (2009).

Segundo o STRAFNA, foram destinados 272 lotes aos assentados do município de Nova Andradina, porém, as informações do número dos lotes e os nomes dos titulares não representam a atual realidade das propriedades. Os assentados do MST não estão inclusos nestes números, pois existe uma separação entre os assentados organizados pelo MST e os filiados ao STRAFNA, o que se evidencia em suas falas. Ao nos referirmos de condições burocráticas e de comunidades rurais dentro do assentamento, relatam: “esses é daqui, ao dizer do MST, e aqueles são de lá, se referindo a FETAGRI” (Presidente R. C. R. C., entrevista realizada dia 03/10/2017).

Foi possível avaliar que as formas de lutas pela posse da terra são mais intensas no período dos acampamentos, pois, ao serem sorteados em seus lotes, os assentados em parte buscam viver na terra de acordo com suas convicções particulares e culturais de sua família. Isso ocorre tanto aos assentados ligados ao MST quanto os vinculados a FETAGRI. Estes fatores não possuem um ponto de ligação único dentro das relações sociais dos assentados, mas, podemos elencar algumas situações que potencializam esta condição. Uma delas diz respeito às raízes culturais no campo pelo assentado, que traduzem suas relações de produção e de convívio no assentamento, que justificam sua integração ou não nas atividades coletivas do assentamento. Outra condição, fortemente presente no assentamento, são os objetivos individuais dos assentados, que buscam formas de trabalho e renda diferentes dos demais, a qual venha contribuir para sua permanência e de sua família no lote.

As organizações encontradas no Assentamento Teijin, possui eixo principal à luta pela posse da terra, que para Pedon (2009, p. 183) podem ser considerados como movimentos socioterritoriais de organização de uma classe trabalhadora, que tem como “base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas”, e ainda:

No campo, os trabalhadores rurais lutam pelo direito de acesso a terra, pela sua permanência e por melhores condições de seu uso, para, a partir dela, reproduzir as condições de sobrevivência. As mobilizações coletivas podem ser compreendidas como uma forma de agrupamento de pessoas que busca organizar suas ações com o objetivo e obter respostas às suas demandas, podendo ser popular ou elitista, de acordo com sua base e sua agenda. O que diferencia uma mobilização de um movimento socioterritorial é, além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território (PEDON, 2009, p. 183-184).

Como já confirmado em pesquisas de Almeida (2003), no Assentamento Teijin também ocorreu atuações distintas entre o MST e a FETAGRI na luta pela terra, principalmente no período dos acampamentos. Os acampamentos estavam divididos entre acampados do MST e da FETAGRI. Possuíam o mesmo objetivo comum, de conquistar um lote de terra na desapropriação da Fazenda Teijin, embora, a organização dos acampamentos seguia critérios distintos. No caso do MST, os acampados eram organizados com tarefas diárias, de acordo com a coordenação local do movimento. A permissão para realizar trabalho externo ao acampamento seguia o cronograma de tarefas do assentado, seja no recebimento de alimentos, materiais de saúde, limpeza, vigilância, quanto em outras atividades pré-estabelecidas pela coordenação, segundo o assentado TJ2 (entrevista realizada dia 11/10/2017).

A expressão dos assentados do “acampamento 17 de Abril”, ligados ao MST, está registrada mesmo após as lutas pela desapropriação e ocupação da terra. Uma das entradas

do Assentamento Teijin, que dá acesso aos lotes ligados ao MST, existe um título na antiga entrada da propriedade, como “Assentamento 17 de abril”, conforme a Figura 1.

**Figura 1: Uma das entradas principais do Assentamento Teijin no município de Nova Andradina/MS (margens da rodovia MS-134).**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Outras expressões ligadas às lutas organizadas pelo MST estão redigidas nos vários reservatórios de água dos lotes, nomeados pelo INCRA como “PA 17 de Abril”, conforme apresentado na Figura 2.

**Figura 2: Reservatórios de água instalados no Assentamento Teijin.**



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Aos acampados ligados a FETAGRI, de acordo com o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018), eram permitidas dentro de sua organização no acampamento, condições diferentes das praticadas no acampamento do MST, como: não era necessário morar no acampamento, poderiam residir em outras localidades, como por exemplo, no distrito de Nova Casa Verde, mas possuindo um barraco no acampamento, os acampados poderiam realizar atividades remuneradas fora do acampamento (com o objetivo de buscar o sustento de sua família), e somente em casos de reuniões ou visitas do INCRA eram convocados para estarem presentes. Os acampados possuíam responsabilidades com seus barracos e o compromisso com o STRAFNA (as mensalidades deveriam estar regulares).

As “diferenças organizativas” estão entre as formas de lutas mais presentes nos acampamentos do MST e da FETAGRI no Assentamento Teijin. Porém, ao entrarem na Fazenda Teijin, foram divididos de acordo com a área e lotes destinados a cada movimento e organização sindical. Esta divisão, segundo os participantes ligados ao MST, ocorreu de

maneira conjunta com o movimento, o INCRA e a FETAGRI, onde os assentados ligados ao MST receberam lotes maiores que o da FETAGRI. Para o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018), ocorreu desta forma, o corte dos lotes para que mais acampados da FETAGRI fossem assentados na propriedade, motivo que também foi confirmado pelo ex-presidente do STRNA o Sr. A. R. (presidente do sindicato no período da desapropriação). Já para o assentado TJ2 (entrevista realizada dia 11/10/2017), os maiores lotes se dão em virtude das manifestações nos acampamentos e da força do MST na luta pela conquista da terra.

A partir do momento que os acampados assentaram-se em seus lotes, não houve divisões entre o MST e a FETAGRI, segundo o assentado TJ4 (atual presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR). Parte dos assentados passou a trabalhar de maneira conjunta, divididos em comunidades dentro do Assentamento Teijin, exceto os assentados que buscam seus objetivos próprios. Os assentados que buscam seus interesses individuais acabam se afastando da participação do assentamento, como de associações, cooperativas, comunidades de assentados, inclusive o vínculo ao MST ou FETAGRI, a qual os possibilitou de conquistar um pedaço de chão. Estes interesses são particulares de cada assentado, seja cultural (como por exemplo, aptidão no campo) ou de garantia de sobrevivência nos lotes, provocando, como consequência, a venda (usa-se este termo que é comum entre os assentamentos, porém, a política de reforma agrária não permite esta negociação) ou arrendamento do lote a terceiros ou assentados do próprio assentamento.

Na busca de compreensão das formas de lutas de cada organização do assentamento, os assentados do MST nos possibilitaram maiores compreensões dos acampamentos no período de criação do Assentamento Teijin, fornecendo um acervo de informações em suas trajetórias de luta pela terra, em especial o “Acampamento 17 de abril”. Revelações que se refletem em processos organizativos, fotos da história de luta pela desapropriação da fazenda, as manifestações e paralisações de rodovias, enfim, um roteiro que nos permitiu um melhor entendimento da questão agrária dos assentados no assentamento, ainda não revelado no meio científico.

De acordo com o Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás (CEEPATEC, 2012), a história do “Acampamento 17 de abril” teve seu início no município de Novo Horizonte do Sul, com a ocupação da Fazenda Angical em 17 de abril de 1999, com uma caravana de 5 mil pessoas. Porém, a justiça decidiu pela reintegração de posse ao (s) proprietário(s). Outra ocupação ocorreu após 4 meses diante de confrontos com policiais, somando oito ocupações durante três anos de luta pela Angical, mas sem sucesso.

Segundo o assentado TJ4 (entrevista realizada dia 13/01/2018 - Assentamento Teijin), o CEEPATEC faz parte de uma associação de assentados do Acampamento 17 de Abril, instalada na antiga sede da Fazenda Teijin, dentro do assentamento, que visa contribuir com capacitações aos assentados e fortalecimentos das comunidades do Teijin. No ano de 2018, a comunidade retiro do Poço, administrada pelo CEEPATEC, recebeu uma patrulha mecanizada, composta por um trator, grade aradora, carreta agrícola, distribuidor de calcário, roçadeiras hidráulicas e grade niveladora, por meio de medida parlamentar, fortalecendo os assentados em suas necessidades estruturais do lote (preparo do solo, cultivo, plantações, etc.).

No início do ano de 2003, o INCRA propôs às famílias a área denominada Fazenda Teijin, no município de Nova Andradina, atestando o prazo de seis meses para estarem assentadas. Porém, o proprietário entrou com processo jurídico no Ministério Público alegando a inviabilidade da propriedade para projeto de reforma agrária. Diante de muitas lutas, resistências, somadas a perdas organizacionais e o número de famílias acampadas reduzidas, sobraram 507 apenas, que posteriormente foram assentadas. Entretanto no dia 17 de abril do ano de 2006, completados sete anos de luta pela terra, foi definida área de reforma agrária a Fazenda Teijin, e as famílias foram assentadas, sendo divididas em comunidades, lembrando que estas famílias são vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Dentre os assentamentos rurais do município, este foi o mais conflitante judicialmente e com confrontos diretos dos assentados, com acusações de <sup>2</sup>abates de animais da fazenda e retirada dos maquinários por partes dos acampados até o distrito de Nova Casa Verde. A decisão de desapropriação seguiu até o Supremo Tribunal Federal (STF) para seu desfecho, e, a então ministra, Ellen Gracie, decidiu permitir que os sem-terra permanecessem na área, obrigando os proprietários da Fazenda Teijin que retirassem as 10 mil cabeças de gado. Naquele momento, segundo o coordenador do MST, estavam no local 1.057 famílias acampadas prontas para resistir sob qualquer decisão contrária à ocupação deles naquela propriedade.

A decisão de desapropriação chegou à instância do STF, porque o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região e da Justiça Federal de Dourados interrompeu o andamento do processo expropriatório, mantendo a propriedade sob a posse da Fazenda Teijin, pertencente à empresa Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda.

---

<sup>2</sup>Grupo Teijin vai recorrer, mas não comenta decisão do STF. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/brasil-mundo/grupo-teijin-vai-recorrer-mas-nao-comenta-decisao-do-stf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

A partir de então, vários são os projetos e programas sociais que transitam pelo Assentamento Teijin, destacando parcerias, como a que ocorreu entre a <sup>3</sup>Prefeitura de Nova Andradina, possibilitando o acesso à internet aos moradores, beneficiando com computadores mais de 700 pessoas da zona rural, entre alunos e assentados, funcionando na Escola Municipal Luís Cláudio Josué, extensão 17 de Abril, no Assentamento Teijin.

Não devemos esquecer que a história do Assentamento Teijin é permeada por diversas situações estruturais, que tecem desde laudos contrários à desapropriação da Fazenda, como também a intervenção de procurador federal a favor do assentamento das famílias acampadas. Alguns momentos marcam a luta dos acampados, tanto do MST (do Acampamento 17 de abril), quanto os acampados vinculados a FETAGRI/MS. Na Figura 3, é apresentados momentos de manifestação, por meio de bloqueios que ocorreram na rodovia BR-267 e rodovia MS-134 no ano de 2003, com o objetivo de mobilizar as autoridades competentes a reforma agrária, conforme relato do assentado TJ1<sup>4</sup> (entrevista realizada dia 10/10/2017).

**Figura 3: Mobilizações do MST, CUT<sup>5</sup> e FETAGRI nas rodovias federais e estaduais no Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2003.**



Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (paralisação na BR-267, no município de Nova Andradina – rodovia que liga Bataguassu a Nova Alvorada do Sul no ano de 2003).

Além dos momentos de mobilização realizados pelos assentados, é preciso esclarecer que os trabalhadores rurais sem terra do acampamento 17 de abril e dos acampados filiados da FETAGRI se estabeleceram às margens da rodovia MS-134 por “mais de dois anos”, aguardando a morosidade da desapropriação da Fazenda Teijin, bem como as alegações e recursos realizados por inúmeras vezes por parte do proprietário e, por outro lado, em resposta pelos movimentos. As condições dos acampamentos às margens da rodovia MS-134 ofereciam riscos de acidentes aos acampados e suas famílias, em virtude do tráfego diário e constante de veículos de grande porte no transporte de cargas, conforme Figura 4.

<sup>3</sup>Tolotti representa Câmara em inauguração da Casa Digital do Assentamento Teijin - CMNA. Disponível em: <<http://www.novanews.com.br/noticias/cidades/tolotti-representa-camara-em-inauguracao-da-casa-digital-do-assentamento-teijin/imprimir>>. Acesso em: 05 set. 2017.

<sup>4</sup>Assentado falecido em 22/10/2018.

<sup>5</sup>No período do acampamento, os assentados do Assentamento São João filiados a CUT participaram de mobilizações na Rodovia BR-267 junto com o MST e FETAGRI.

**Figura 4: Vista parcial do Acampamento 17 de Abril, na rodovia MS-134.**



Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (2002).

Outro fator de relevância está relacionado à assistência recebida pelo INCRA e pelo Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de cestas básicas no período dos acampamentos, que segundo os assentados TJ1 e TJ2 (Assentamento Teijin), graças a essa ajuda, principalmente das cestas do Estado, foi possível manter as famílias dos acampados. Após inúmeras batalhas na justiça, idas e vindas de vitórias e derrotas na luta pela validade da desapropriação, a instância maior de justiça do país (Supremo Tribunal Federal–STF) decide favorável conceder a Fazenda Teijin para fins de reforma agrária.

A Figura 5 apresenta o início de uma nova fase do processo de territorialização da luta. A propriedade, que antes possuía em torno de 27 famílias (funcionários da fazenda), passou a receber mais de 1.000 nesta fração de território capitalista. As famílias aguardaram a divisão de lotes pelo INCRA mais de 12 meses. As relações e as ações que ocorreram e ocorrem no Assentamento Teijin, seja no âmbito socioeconômico, político, cultural, etc, trazem as discussões de Fernandes (2005, p. 30), que revela que, “além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos”, a “partir de uma análise geográfica dos movimentos”, instalados neste espaço de pesquisa.

**Figura 5: Primeiro acampamento dentro da Fazenda Teijin em 2004.**



Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (Assentamento Teijin).

A Figura 6 apresenta a escola no acampamento dentro da Fazenda, com mais de 300 crianças do ensino fundamental (1ª a 4ª série), que antes no “acampamento estudaram na beira da rodovia debaixo de um coqueiro”, segundo o assentado TJ1, no início dos anos 2000.

**Figura 6: Escola para os filhos dos assentados dentro da Fazenda Teijin em 2005.**



Fonte: Acervo pessoal do assentado TJ1 (Assentamento Teijin).

Nosso primeiro contato com as estruturas do Assentamento Teijin, a convite de um de nossos participantes da pesquisa, o assentado TJ1, ocorreu em um dia histórico desse assentamento. No dia 07 de outubro do ano de 2017, foi realizada no barracão “Retiro do Poço” a entrega de mais de 700 Contratos de Concessão de Uso<sup>6</sup> (CCUs) da terra, documento obrigatório por parte do INCRA e de fundamental importância aos assentados, pois este possibilita o acesso a créditos agrícolas e condições melhores de comercialização de sua produção. Este documento possui validade e precisa ser renovado a cada cinco anos pelo INCRA.

Neste dia atípico do assentamento e principalmente dos assentados, pudemos observar um pouco como ocorrem às relações sociais e políticas dentro de um assentamento rural no município de Nova Andradina. Presenciamos não somente a entrega dos CCUs, que há tempos era esperado, mas uma interlocução política municipal, regional e estadual do Estado como forma de renomear o real sentido da representação do assentamento e seus direitos adquiridos ao longo de suas lutas agrárias no município. Um momento de suma importância ao assentado, possibilitando aquilo que o mesmo já possui por direito, margeado na condição de “esperar”, como nos tempos de acampados e submetido a mais essa contingência de hierarquias políticas com o poder do uso da tribuna. Este cenário nos remete aos estudos de Silva (2018, p. 21), revelando que os “movimentos socioterritoriais

<sup>6</sup>O CCU é o instrumento que transfere, em caráter provisório, o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária, assegurando ao beneficiário acesso a terra, créditos e a outros programas federais. Ao assinar o documento, o assentado se compromete a residir no lote e explorá-lo economicamente respeitando o meio ambiente.

desenvolvem relações sociais para tratarem de seus interesses e garantir a sua (re)produção e (re)existência, construindo, assim, seus próprios espaços e territórios”.

Marcaram presença governantes locais e estaduais, como, ex-governador, deputada federal, deputado estadual,<sup>7</sup> prefeito, vice-prefeito, vereadores, médico, grandes pecuaristas, entre outras lideranças do legislativo e do executivo, agentes capacitadores como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e empresa de transformação de mandioca, que acompanhavam a entrega dos CCUs pela equipe do INCRA do Estado de Mato Grosso do Sul, dirigida pelo seu superintendente Humberto César Mota Maciel.

Dentre as lideranças políticas presentes, vale ressaltar que poucos membros foram atuantes no período de luta pela conquista de terra no Assentamento Teijin. O político mais lembrado por nossos participantes sequer estava presente (o governador da época, Zeca do PT). Uma observação realizada pelo assentado TJ1 é referente à assistência ou frequência de atendimento pelo INCRA, que, após a desapropriação, não haviam visitado o assentamento. A Figura 7 ressalta a grande movimentação que a entrega dos CCUs proporcionou ao Assentamento Teijin.

**Figura 7: Entrega de Contratos de Concessão de Uso (CCUs) no Assentamento Teijin.**



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Desfeito o palco, iniciou-se a entrega dos CCUs aos assentados. Exigia-se a presença da esposa e do marido, caso contrário, o documento ficaria à disposição na sala de cidadania do município. Durante todo o período protocolar deste evento, conseguimos

<sup>7</sup> Gilberto Garcia comemora a entrega de 735 CCUs a assentados de Nova Andradina. Disponível em: <<http://jornaldanova.com.br/noticia/379734/gilberto-garcia-comemora-a-entrega-de-735-ccus-a-assentados-de-nova-andradina>>. <<http://www.pmna.ms.gov.br/noticias/gilberto-garcia-comemora-a-entrega-de-735-ccus-a-assentados-de-nova-andradina/75304>>. Acesso em: 09 out. 2017.

contatar os nossos participantes da pesquisa, que se prontificaram com o objetivo do trabalho, bem como a disponibilidade das entrevistas a serem realizadas. Pudemos observar que não houve representatividade da FETAGRI na fala das lideranças, mediante a ausência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Nova Andradina no evento, recordando que o assentamento foi dirigido e mobilizado pelas duas frentes. Segundo o assentado TJ1<sup>8</sup>, que nos apresentou a outros assentados, comentou que, residiam na Fazenda Teijin antes da desapropriação pelo INCRA 27 famílias, das quais, que optaram em ficar, foram beneficiadas com lotes no assentamento.

O assentado TJ2 nos revela seus passos percorridos até a chegada ao Assentamento Teijin e suas contínuas lutas pela conquista de seu pedaço de chão:

**Meu interesse na luta pela terra e pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra** ocorreu por meio de um colega, que acampou no município de Itaquirai e com um ano e oito meses conseguiu pegar seis alqueires de terra. **Eu sabia que trabalhando na roça nunca iria sobrar dinheiro para comprar um alqueire de terra**, então **resolvi ir à luta**. No ano de 1999 surgiu um acampamento no município de Novo Horizonte do Sul, justamente no dia 17 de abril (marco histórico do massacre de Eldorado dos Carajás/PA), com mais de mil e trezentas famílias, em frente à Fazenda Angical, formado por grupos dos municípios de Eldorado, Deodápolis, Ivinhema, Nova Andradina, Taquarussu, Batayporã e de Novo Horizonte do Sul. No mesmo **período que surgiu o acampamento Teijin para reforma agrária**, no ano de 2001, recebemos também vagas para o assentamento Itamarati (não aceitei devido ser na modalidade coletivo – não funcionam pessoas de diferentes Estados) e Sidrolândia, mas, saímos de Novo Horizonte do Sul e acampamos aqui na rodovia. Ficamos **dois anos e oito meses acampados na beira da pista**, aguardando as decisões judiciais entre o fazendeiro e o movimento, **“o fazendeiro recorria e o movimento brigava também, ficava essa luta pela terra”**. Em outubro do ano de 2004, liberou para nós entrarmos na fazenda, onde, **aguardamos mais um ano e oito meses o corte da terra**, dentro dos barracos de lonas as margens de um córrego (assentado TJ2 entrevista realizada dia 11/10/2017 – grifo nosso).

Segundo o assentado, a fazenda Teijin havia sido assinada como propriedade para a reforma agrária pelo então presidente na época, Fernando Henrique Cardoso. Porém, se não fosse as lutas pela terra, por meio das mobilizações e a persistência dos acampados, tampouco ocorreria a criação do assentamento. De todos os assentamentos do município de Nova Andradina, o Assentamento Teijin provocou uma das maiores conflitualidades jurídicas dos assentamentos.

O “vai e vem da justiça brasileira, concedendo e negando os pedidos de desapropriação”, provocou uma morosidade de quase cinco anos para autorizar a entrada na propriedade e posterior corte dos lotes, ocorrido no ano de 2006. Neste período de espera às margens da rodovia MS-134, viviam, em barracos de lonas, mais de mil famílias aguardavam

<sup>8</sup>Entrevista realizada dia 10/10/2017 – Assentamento Teijin.

este desfecho, colocando em risco os acampados e seus familiares, bem como uma condição de vida digna, proporcionados por elementos essenciais para a sobrevivência, como água encanada, energia elétrica, alimentação adequada, condições higiênicas apropriadas, etc.

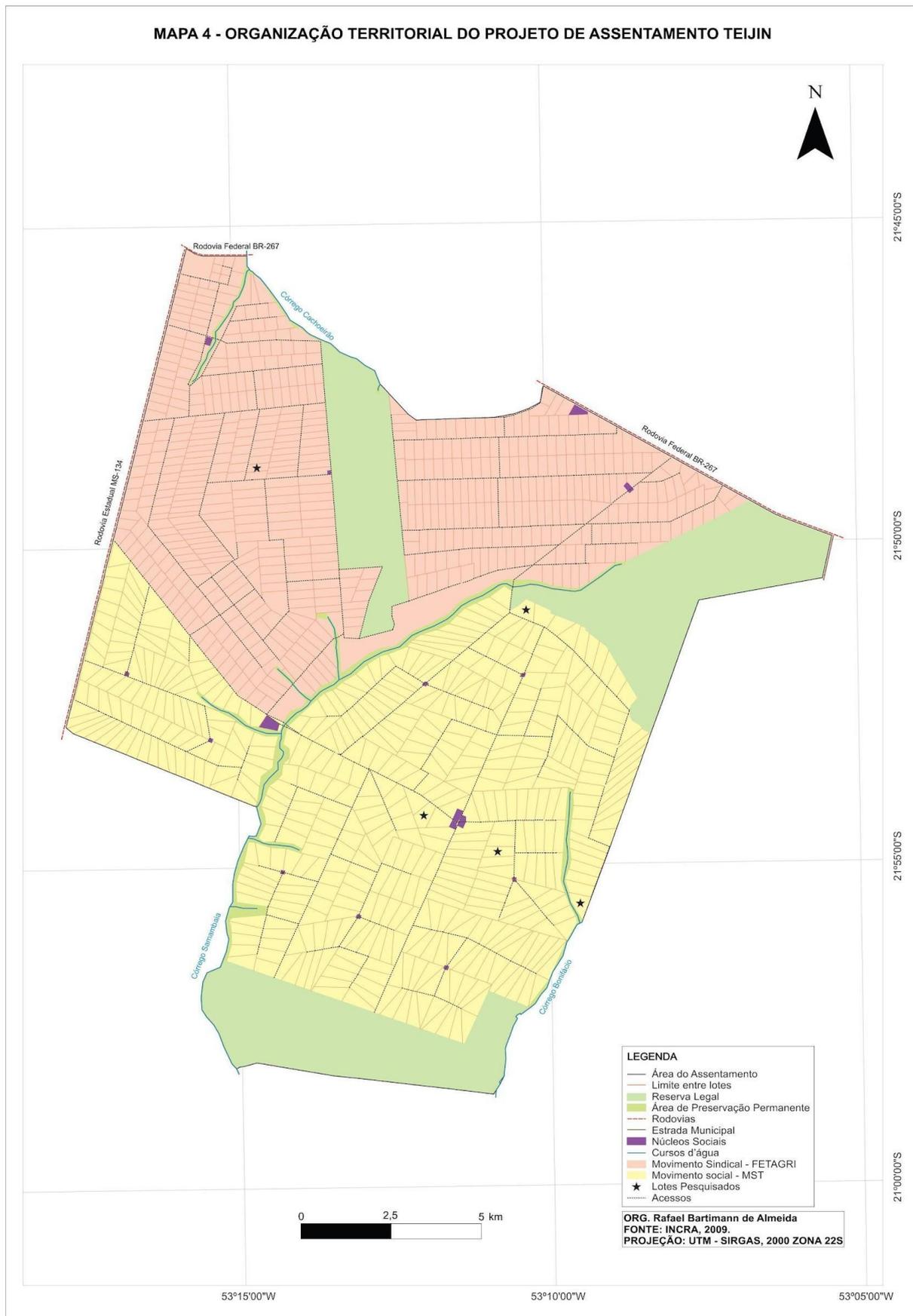
As lutas pela posse da terra vividas pelos assentados do Assentamento Teijin, resistindo e lutando diariamente com suas famílias, nos remete as abordagens de Sobreiro Filho (2016), que trata os movimentos socioterritoriais como parte essencial para a construção de novos territórios materiais e/ou imateriais no espaço:

O território configura-se como a essência dos movimentos socioterritoriais. Deste modo, assim como espaço e território coexistem, ou seja, o espaço é condição necessária para a existência do território, o mesmo se dá entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Portanto, todo movimento socioterritorial é um movimento socioespacial, porque a luta por território pressupõe também a luta por espaço, no entanto nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial porque não pressupõe necessariamente a impressão e manutenção de uma relação de poder em determinado espaço (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 99).

A Figura 8 apresenta o mapa da organização territorial do Projeto de Assentamento Teijin, adaptado de acordo com suas estruturas mapeadas pelo setor de cartografia do INCRA. A pesquisa revela que no momento da criação do Assentamento Teijin, os acampamentos eram organizados pelo MST e pela FETAGRI. O INCRA cortou e dividiu os lotes aos assentados de acordo com os grupos familiares e do mesmo movimento ou organização sindical. Ressaltamos que esta divisão do MST e da FETAGRI não representa a realidade atual do assentamento, pois é possível evidenciar no assentamento e, que é confirmado no relato de nossos participantes, que vários assentados renunciaram ou venderam seus lotes e não residem mais no assentamento. Além da divisão estrutural dos movimentos, estão os lotes pesquisados.

O Assentamento Teijin foi organizado por acampados vinculados ao MST e a FETAGRI, que permaneceram anos lutando, em seus barracos de lona, pela desapropriação da Fazenda Teijin, localizada as margens da rodovia MS-134. Entre as maiores lutas realizadas, a batalha judicial foi a mais angustiante, obrigando os acampados a conviverem com o vai e vem da justiça, à espera da autorização da desapropriação. Além disso, as lutas realizadas nas mobilizações em rodovias federais e estaduais foram fundamentais para o cumprimento da reforma agrária. As lutas travadas reforçam os estudos de Fernandes (2005) sobre os movimentos socioterritoriais que, por meio dos movimentos camponeses, sejam eles ligados ao MST ou FETAGRI, buscam produzir seus próprios territórios, constituindo os objetivos essenciais para sua existência, à posse da terra com a sua força do trabalho e a reprodução social do campesinato nos assentamentos rurais.

**Figura 8: Organização Territorial do Projeto de Assentamento Teijin.**



Fonte: Adaptado a partir de dados do INCRA (2018).

## Considerações finais

A perseverança relatada pelos assentados nada mais é do que “resistir na luta pela permanência nos lotes”. Luta antes, durante e depois da entrega dos lotes no Assentamento Teijin rurais do município de Nova Andradina. As dificuldades não se limitam apenas na espera da autorização de desapropriação, mesmo porque a luta está apenas começando e muitas batalhas ainda estão por vir. Uma delas é entrar em um lote, o acesso a uma casa para morar, o cercamento da propriedade, o uso de água encanada e energia elétrica, a terra é cerrado e precisa ser desmatada e, o mais agravante, o Estado que deveria assessorá-los simplesmente vai embora e não volta mais.

As lutas pela permanência nos lotes do Assentamento Teijin do município de Nova Andradina reforçam e retratam que os assentados, mesmo limitados e não assistidos pelo Estado, buscam, em suas aptidões de produção, agregar não somente seus produtos, mas sua reprodução social no campesinato, formando relações sociais, econômicas, culturais e políticas no município em que estão inseridos. As construções territoriais reafirmam que os movimentos socioterritoriais, guiam as lutas e resistências dos camponeses em seus lotes e em suas relações sociais, por meio do dinamismo da territorialização e desterritorialização, seja no campo social, econômico, político ou cultural.

Devemos, enquanto cidadãos, compreender que estes atores sociais promovem a riqueza da alimentação e são defensores da terra como fonte de trabalho. Acreditamos que os objetivos desta pesquisa foram alcançados e que as contribuições para o meio acadêmico exercem importante papel no campo de estudo da organização camponesa nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina. As lutas travadas diariamente por nossos participantes revelam que é possível recriar suas condições de trabalho e vida, contradizendo as relações postas como contemporâneas no campo. É necessário entender que outras maneiras de organização no campo também fazem parte do cotidiano do meio rural brasileiro, não necessitando somente “ganhar e ganhar”, mas realizar atividades de acordo com suas tradições e produzir com respeito os alimentos que sustentam suas famílias e a comunidade local.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 1ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2003. 391 f.

CEEPATEC, **Centro de Formação, Capacitação, Cultura, Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores e Trabalhadoras Eldorado dos Carajás**, 2009 e 2012. Disponível em: <<http://ceepatec17deabril.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 04 set. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979–1999)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, nº 6 – Janeiro/Julho de 2005.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – SR 16. Todos os assentamentos, 2017. Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> >Acesso em: 02 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 36-37.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, nº 43, p. 185-206, 2001.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição à Pesquisa Geográfica**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vozes, 2014.

SILVA, H. C. G. M. **Sobre lutas e lutas: análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST nas regiões de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016)**. 2018. Mestrado (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, SP, 2018. 143p.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espacio-temporal no Brasil e Argentina**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, p. 11-73, 1990.

**Fabiano Greter Moreira** – Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2019). Mestre em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2014). Possui Graduação em Administração (2005) e Especialização em Administração Financeira e Logística pela Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina (FACINAN) (2007). Atua como docente nos Cursos de Tecnologia em Gestão Financeira, Bacharelado em Ciências Contábeis, em Administração e Engenharia da Produção na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, no Campus de Nova Andradina/CPNA. Professor e Pesquisador com ênfase em: Agricultura Familiar, Assentamentos Rurais, Sucessão e Gestão Familiar, Recursos Humanos, Gestão em Agronegócios, Logística, Agroecologia, Cooperativismo, Desenvolvimento Local e Regional, Desenvolvimento Territorial Rural e Territórios Agrários.  
**OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-6626-5250>.

---

### Como citar este artigo

---

MOREIRA, Fabiano Greter. As trajetórias de luta pela terra no assentamento Teijin do município de Nova Andradina/MS. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 187-209, Dossiê I ELAMSS, 2021.

---

Recebido para publicação em 27 de novembro de 2019.  
Devolvido para revisão em 09 de julho de 2020 e 13 de janeiro de 2021.  
Aceito para publicação em 18 de junho de 2021.

---